

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.834 - DF (2019/0058690-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - MS014924  
**AGRAVANTE** : CLARICE SALVADORI BALDISSEROTTO  
**AGRAVANTE** : GILMAR ZULIAN  
**AGRAVANTE** : LYDIA PEREIRA VEIGA  
**AGRAVANTE** : CLEBER PEREIRA VEIGA  
**AGRAVANTE** : SANDRA PEREIRA VEIGA  
**AGRAVANTE** : CARLOS EDSON MOTTA VEIGA - ESPÓLIO  
**AGRAVANTE** : SERAFIM HOMERO FARIAS SOARES  
**AGRAVANTE** : CYRO LOPES SOARES - ESPÓLIO  
**AGRAVANTE** : JOECI BALDISSERA  
**AGRAVANTE** : ITAMAR JOAO FOCESATO  
**AGRAVANTE** : ROQUE JOAQUIM SOLDATELLI  
**AGRAVANTE** : NEIVA JOCELAINE DE BARROS HILKERT  
**AGRAVANTE** : NILSA JANE DE BARROS  
**AGRAVANTE** : NILTON JAIME DE BARROS  
**AGRAVANTE** : TERESINHA FATIMA DE BARROS  
**AGRAVANTE** : SEBASTIAO DE BARROS - ESPÓLIO  
**AGRAVANTE** : DELONI DE LEMOS MAINARDI  
**AGRAVANTE** : ANTONIA FERREIRA COSTA DE LEMOS - ESPÓLIO  
**AGRAVANTE** : ERONILDA BASTOS BOLICO  
**AGRAVANTE** : OTAVIO BASTOS BOLICO  
**AGRAVANTE** : OTAVIO BOLICO - ESPÓLIO  
**ADVOGADO** : ANTONIO CAMARGO JUNIOR E OUTRO(S) - RS060014  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

A denegação, na origem, se deu em virtude da incidência das Súmulas nº 211/STJ e 282 e 284/STF e porque a ausência de prequestionamento impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

É o relatório.

**DECIDO.**

O recurso não merece prosperar.

Preliminarmente, importante consignar que a decisão impugnada pelo recurso especial foi publicada na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

# Superior Tribunal de Justiça

Constata-se que as razões do agravo deixaram de impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, atraindo, portanto, a aplicação do disposto no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, que impõe ao relator não conhecer do recurso "*que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida*".

Importante frisar que, no recente julgamento do EAREsp 746.775/PR, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018, a Corte Especial deste Tribunal reafirmou o entendimento no qual **é necessária a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada**, sob pena de incidência da súmula 182/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (sentença - fl. 598 e-STJ), os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator